

Primeiro Plano



Presidência Reforma aguarda promulgação

O quadro legal que dará corpo à reforma das águas já foi aprovado em Conselho de Ministros e enviado a Cavaco Silva, para promulgação. O ministro Moreira da Silva quer ter as mudanças no terreno em julho e não acredita que os autarcas consigam travar em tribunal.



"Se eu fosse autarca do litoral estaria radicalmente contra a reforma"

Pedro Serra
Ex-pres. Águas de Portugal e da entidade reguladora

Ambiente Tarifas têm de refletir custo real da água, ao contrário do que sucede hoje em boa parte do interior. Haverá limites à subida da conta e uma tarifa social

Água ficará mais cara para as famílias de todo o país

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► No interior do país, é corrente os municípios "subsidiarem" a água fornecida às famílias e empresas, cujas faturas são até menores do que em muitos locais do litoral. Mas com a reforma da Águas de Portugal (AdP) em curso, as câmaras (a quem compete fixar as tarifas) terão de lhes cobrar o suficiente para pagar o custo real e travar as dívidas e défices tarifários acumulados. Isto implica que, ao contrário do que diz o Governo, o preço cobrado aos consumidores não vai subir no litoral para descer no interior: vai subir em quase todo o lado.

Em Portugal, a água é captada na fonte por empresas multimunicipais detidas sobretudo pela AdP (controlada pelo Governo) e pelas câmaras. A AdP vende a água aos municípios que, depois, a revendem aos consumidores. Quando o ministro do Ambiente fala das subidas e descidas de preços, refere-se ao que a AdP cobra às autarquias e, aqui, o valor sobe no litoral e desce no interior.

Mas, para os consumidores, as mudanças são outras. Nuno Cardoso, ex-presidente da Águas do Douro e Paiva, diz que a ideia de que as famílias do interior vão pagar menos "é uma falácia, uma demagogia muito triste". E exceto alguns casos pontuais, não duvida que tanto as famílias do litoral quanto as do interior verão a fatura da água subir.

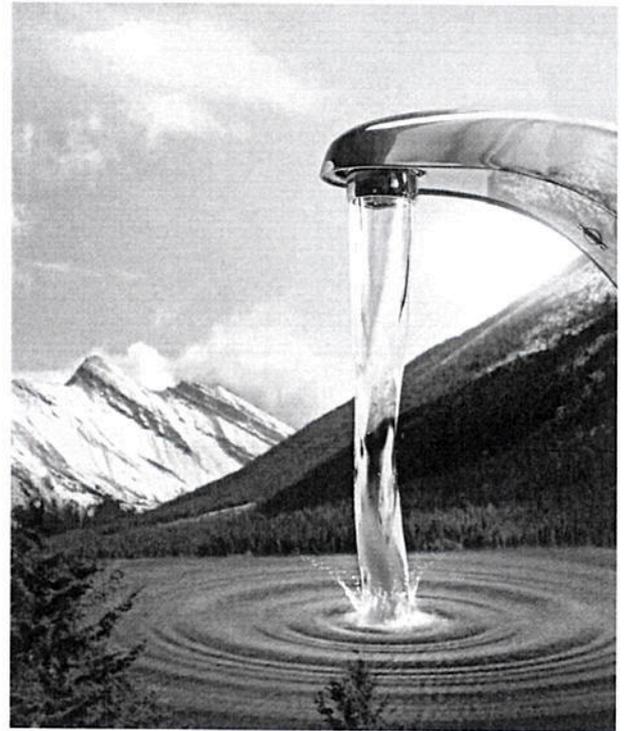
Matos Fernandes, presidente da Águas do Porto, acredita que "com eventuais exceções no interior, o preço vai subir em todo o lado" e denuncia um "truque" do Governo: "Se eu vivesse no interior, estaria à espera que a minha água baixasse". "Se nada for feito, a água vai subir nas áreas metropolitanas, mas não no interior", diz Pedro Serra, consultor que já presidiu à entidade reguladora e à AdP. "Como explicar ao litoral que vai pagar mais para que o interior, que já paga menos, continue a pagar menos?", pergunta.

Limites à subida da conta

O administrador da AdP encarregado da reforma, Manuel Fernandes Thomaz, confirma que as câmaras

Acionistas têm lucros garantidos

RENDAS Estão previstas rendas garantidas, como as que existem nas autoestradas e na eletricidade, tão criticadas pelo Governo. A proposta de reestruturação mantém o sistema atual e prevê que os acionistas – o Governo maioritário e as câmaras minoritárias – tenham lucros garantidos, mesmo face aos anos em que as empresas deram prejuízo. Esses lucros por pagar serão incluídos na dívida das empresas que agora vão nascer. O valor corresponde a uma média das Obrigações de Tesouro a dez anos, mais três pontos percentuais. A data de hoje, o lucro garantido rondaria os 5,5% ao ano. Quem o vai pagar serão os consumidores finais, ou seja, as famílias e as empresas.



terão de repercutir no consumidor o custo real da água. "A grande maioria das entidades gestoras não reflete o custo real", mas o novo regulamento tarifário será "mais uma peça da reforma para que a tarifa reflita o custo real, até ao limite da acessibilidade pelas populações", disse. Ou seja, a subida será faseada no tempo e a conta da água não pode ser mais do que 3% do rendimento disponível. Se o preço necessário para pagar o custo real for superior, os municípios entram com a diferença, adiantou. Para as famílias de extrema pobreza, haverá uma tarifa social, a pagar pelos outros habitantes do mesmo município, acrescentou.

No litoral, espera que os municípios usem a sua fatia dos lucros das empresas de que são acionistas para evitar aumentar a conta da água às famílias e empresas.

Agrupar os sistemas municipais Pedro Serra acredita que algum sistema de subsídio da água seja mesmo posto em prática e lembra as palavras de um autarca do interior que, em tempos, lhe disse que

o seu custo era de 7,5 euros por metro³. Trata-se de um município pequeno, sem escala para fornecer água de boa qualidade e preço baixo. "É este o problema que tem de ser enfrentado, tudo o resto são remédios", afirmou.

Governo pede solidariedade aos municípios

A solução seria reformar os sistemas multimunicipais, agrupando-os em empresas maiores, com escala suficiente para baixar os custos, disse Pedro Serra. Esse será o próximo grande passo a dar, diz Fernandes Thomaz.

Enquanto isso, a solução posta em prática pelo Governo foi agrupar os sistemas multimunicipais em empresas maiores, pondo de baixo do mesmo chapéu empresas lucrativas e deficitárias. É essa uma das razões dos protestos de autarcas e gestores.



“É uma enorme falácia, não é verdade, é uma demagogia muito triste”

Nuno Cardoso
Ex-pres. Águas Douro e Paiva



“É um truque, se eu vivesse no interior estaria à espera que a minha água baixasse”

Matos Fernandes
Pres. Águas do Porto



“Nem que as pessoas paguem um bocadinho mais, podemos ter um sistema de qualidade excelente”

Manuel Fernandes Thomaz
Adm. Águas de Portugal



Nuno Cardoso concorda com a reforma, mas não que os sistemas lucrativos, como a Douro e Paiva, sejam chamados a pagar o prejuízo de outros. “O acionista maioritário sempre foi a Águas de Portugal, foi ela quem montou o sistema, mas têm que ser os municípios do litoral a pagar”, protesta, admitindo como solução a falência da Águas de Portugal. Matos Fernandes aponta também o dedo à AdP. “Aparece como salvífica, quando tem responsabilidade pelo estado

dos sistemas.” Em alternativa, sugere que o Governo use os 25 milhões de euros de taxa sobre recursos hídricos para abater à dívida.

O ministro do Ambiente, Moreira da Silva, tem justificado a reforma com a coesão e equidade territorial (Fernandes Thomaz diz que há diferenças no preço de 1 para 20) e com a necessidade de garantir a sustentabilidade do sistema.

O IN questionou a entidade reguladora e o Ministério do Ambiente, mas não teve resposta. ●

Sede na Guarda e gestão em Lisboa

● A Norte, recela-se a perda de autonomia das empresas, em particular da lucrativa Águas de Douro e Paiva. A nova sede ficará em Vila Real, mas Matos Fernandes e Nuno Cardoso acreditam que será Lisboa a tomar as decisões. Mais a Sul, a nova Águas de Lisboa e Vale do Tejo/EPAL terá sede e Conselho de Administração na Guarda, por escolha do Governo, mas “boa parte da gestão” será feita na capital, confirmou Fernandes Thomaz, garantindo que as chefias hoje espalhadas pelo país não irão todas para Lisboa. O projeto de reestruturação corta para menos de metade o número de chefias. A EPAL tem um estatuto diferente das restantes empresas, já que é totalmente detida pela Administração Central e não funciona como concessão.

Tarifas terão de pagar “lucros” em atraso

CONTAS Uma das causas da subida do preço é a decisão de incluir nas novas empresas os “lucros” que deveriam ter sido pagos no passado mas não foram, por falta de dinheiro. Os contratos de concessão preveem que o capital seja remunerado a uma taxa fixa (ter caixa). É por isso que a Banca tem financiado com juro baixo os avultados investimentos que têm sido feitos, disse Fernandes Thomaz.

Mas a inclusão da dívida nas empresas não é pacífica. Nuno Cardoso, também antigo autarca do Porto, diz que é uma das grandes razões pelas quais as faturas terão de aumentar e entende que os autarcas não estão a ser bem tratados.

O processo “é um pontapé na

autonomia dos municípios”, acusa Matos Fernandes.

Com a reforma, os autarcas terão mesmo de cumprir normas hoje já são obrigatórias, mas não seguidas. É o caso da conta apresentada pela Águas de Portugal. “Muitos municípios recusam pagar a água”, diz Pedro Serra. Com a reforma, serão obrigados a fazê-lo, quanto mais não seja porque a entidade reguladora (ERSAR) poderá cativar parte do pagamento das famílias, adiantou Fernandes Thomaz. A fatura detalhada dirá às famílias e empresas exatamente o que estão a pagar e é entendida pela AdP como uma das traves mestras da reforma.

Outra medida que afeta diretamente os municípios é a imposição

de uma penalização aos que não cumpram duas obrigações: a universalidade do sistema (todos os consumidores terão de ser ligados à rede, um problema comum no interior) e a exclusividade (acabar com todas as captações alternativas próprias do município e refazer as ligações entre os consumidores e o ponto de ligação da AdP). Tudo isto exigirá um investimento que Fernandes Thomaz calcula rondar os 50 ou 60 milhões de euros.

Uma primeira versão das propostas de decreto-lei mantinha a figura dos consumos mínimos, uma espécie de cliente garantido: cada município era obrigado a comprar à AdP uma certa quantidade de água, apurada com base em estimativas irrealistas e inflacionadas da evolução da população. Como a população do interior diminuiu, o consumo também diminuiu e as câmaras foram confrontadas com uma dívida crescente. Entretanto, o consumo mínimo foi substituído por uma penalização, mas Nuno Cardoso não se convence: “Chamem-lhe o que quiserem, os municípios saem sempre a perder”. ●

evacuação na Casa Branca



ESTADOS UNIDOS A sala de imprensa da Casa Branca foi evacuada, ontem, durante o "briefing" diário, e um cão dos serviços secretos, responsáveis pela proteção do presidente norte-americano, Barack Obama, inspeccionou o local. Alguns funcionários e jornalistas foram transferidos para um edifício próximo. **Michael Reynolds/EPA**

Ambiente Autarcas preferem que Governo escolha um gestor da região

Fernandes Thomaz proposto para as Águas do Norte

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► A proposta de Fernandes Thomaz para a presidência da futura empresa Águas do Norte foi, ontem, mal recebida por autarcas da região. O nome foi avançado pelo ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, numa reunião com representantes do poder local da região. Apesar de não terem questionado a competência e experiência do gestor, os autarcas criticaram o facto de o Executivo não ter escolhido algum dos muitos gestores da região, de reconhecida capacidade.

Autarcas ouvidos pelo IN salientaram tratar-se de uma proposta do Governo e disseram ainda esperar

que Moreira da Silva mude de opinião. "Por uma questão de representatividade regional, o presidente da Águas do Norte deve ser um gestor da região", adiantou ao IN fonte conhecedora do processo.

A decisão terá de ser tomada até dia 30, quando reúnem as assembleias de acionistas das cinco novas empresas a criar, para eleger os órgãos sociais. O IN apurou que o Governo, acionista maioritário, quer que as presidências sejam ocupadas por vogais da casa-mãe, a Águas de Portugal. Note-se que a Águas de Lisboa e Vale do Tejo terá sede na Guarda, mas a gestão ficará a cargo da EPAL, em Lisboa.

Ao IN, fonte oficial do Ministério do Ambiente disse que a reunião de

ontem se destinou a pedir aos autarcas que proponham "administradores não executivos" e assegurou que haverá uma "representação territorial alargada" na administração da Águas de Portugal. Não comentou o facto de ter proposto o nome de Fernandes Thomaz.

Também não foi possível ter um comentário do gestor. Natural de Aveiro, presidiu à Associação dos Iovens Empresários, ANIE, sediada no Porto. Fez carreira na Águas de Portugal, tendo passado pela Simria (Aveiro) e pela Águas de Moçambique, antes de assumir o posto que hoje ocupa na administração da AdRA - Águas da Região de Aveiro e da Águas de Portugal (mais notícia no pag. 8). ●



Mota Soares Defender trabalhadores

● O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, disse ontem, na Suíça, querer reforçar a cooperação com Angola, Cabo Verde e Brasil na proteção e formação de trabalhadores. "É importante construir sistemas de proteção social que garantam a proteção dos trabalhadores, quer para um português em Angola, quer para um brasileiro em Portugal", disse, durante a 104.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho.



Afonso Dhlakama Críticas à comunidade

● O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, criticou ontem, na cidade de Beira, "culpabilidades por interesse" da comunidade internacional no défice democrático no continente africano. O líder do maior partido da oposição, sem apontar países, acusou a comunidade internacional de promover a desaceleração e desestabilização democrática.

últimas na última

Madeira Pescadores salvos

● A Marinha retirou, ontem, dois tripulantes de embarcações pesqueiras que navegavam em Porto Moniz e Porto Santo. Da embarcação "Rei Cristo", que navegava 15 milhas a sul da ilha do Porto Santo, foi retirado um pescador, de 22 anos, do Machico, na Madeira. Da "Génova", que navegava a 43 milhas, a Marinha, em colaboração com a Força Aérea, resgatou um tripulante de 56 anos, de nacionalidade angolana.

Sabrosa Queda de granizo

● Queda de granizo durante 20 minutos, ontem, ao final da tarde, destruiu 50% da produção agrícola em Celeiros, Sabrosa, Vila Real. Os agricultores ainda estão a avaliar o valor do prejuízo.

Peniche Homem resgatado

● Um pescador de 33 anos foi resgatado do mar após ter caído à água na ilha do Baleal, em Peniche. A vítima foi levada para o hospital local e o seu estado era estável.



Guimarães Esfaqueado por irmão

● Um rapaz de 16 anos sofreu ferimentos ligeiros, ontem à noite, na sequência de um incidente ocorrido na Rua da Chã, da freguesia de Vila Nova de Sande, em Guimarães.

Setúbal Eurest em greve

● Trabalhadores da Eurest, empresa que fornece o refeitório da Autoeuropa, iniciam, amanhã, dois dias de greve por aumentos salariais e pelo cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho, revelou fonte sindical.

Lagos Morte por causa de trator

● Um homem morreu ontem por causa de um acidente com um trator agrícola, nas Colinas Verdes, em Lagos. No local, estiveram os bombeiros, INEM e GNR.



seja no prato ou no pão, no Sto António ou no São João sardinhas assadas só sem chama e sem carvão!

GRESILVA®

Inovação em Grelhadores

Lisboa - 219 628 120
Porto - 229 829 947/8

www.gresilva.pt



Publicidade

Assembleia Autarcas da Douro e Paiva votam "não" mas maioria do Governo faz aprovar todas as propostas

Águas do Norte contestada

Alexandra Figueira*
afigueira@jn.pt

► Numa hora, a assembleia de acionistas da Águas do Norte elegeu os órgãos sociais (apesar da recusa em distribuir o currículo dos eleitos), votou o plano estratégico (que os autarcas nem tiveram tempo para ler) e o estatuto remuneratório – sempre com os votos contra de quatro municípios da esfera da Águas do Douro e Paiva (AdDP), Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Gaia e Porto. A AdDP, a Águas do Noroeste e de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Simdouro desapareceram para dar lugar à Águas do Norte. A maioritária Águas de Portugal garantiu a aprovação.

A Águas do Norte, como o IN tinha já noticiado, será presidida por Fernandes Thomaz, até agora na Águas da Região de Aveiro e Águas de Portugal. Ontem, o gestor admitiu haver "municípios que não concordam" e que terá de restabelecer a confiança com os autarcas, o que



Trabalhadores exigiram a gestão pública da água, frente à sede da nova empresa

espera conseguir em "um ou dois anos". Fernandes Thomaz garante que os municípios não têm razão quando dizem que vão perder capacidade de intervenção e que serão prejudicados pelo tarifário.

Quanto à escolha do seu nome, recusou a ideia, comentada a Norte, de que a empresa será teleco-

mandada a partir de Lisboa. "Não serei um administrador residente, mas muito presente", disse.

A administração integra ainda Martins Soares (presidente da Águas do Noroeste), Boal Paixão (administrador da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Álvaro Carvalho (até ao início deste ano

vice presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Antes de se votarem os nomes, os quatro municípios pediram o currículo dos eleitos, mas sem sucesso nem justificação, disse Miguel Oliveira, vice-presidente da Câmara de S. João da Madeira, presente na assembleia.

Como vogais não executivos, foram eleitos os autarcas de Mirandela, Esposende e Maia. Este último, Bragança Fernandes, salientou que o cargo não é remunerado e que aceitou em nome da defesa dos municípios. "Vamos continuar a contestar, mas é melhor estar lá dentro do que não estar", disse. O autarca de Oliveira de Azeméis, Herminio Loureiro, concorda.

A contestação passa por um pedido de indemnização em tribunal. Os municípios dizem-se "corridos" da Águas do Douro e Paiva, já que receberiam os ativos daqui a 13 anos, diz Bragança Fernandes. Com a mudança, só os receberão "daqui a 30 anos". *COM SANDRA BORGES

Municípios admitem queixa em Bruxelas

2020 A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) admitiu avançar com uma queixa à Comissão Europeia (CE) contra o Governo português, que acusa de irregularidades na programação dos fundos comunitários para os próximos anos. "Isto tem de ficar resolvido", disse o presidente da ANMP, o socialista Manuel Machado, no final de uma reunião em Coimbra, criticando o Governo por "fazer das comunidades intermunicipais (CIM) barrigas de aluguer" quanto aos "montantes e mapeamentos no contexto" da parceria Portugal 2020.

A ANMP vai discutir hoje o assunto na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, com a Comissão Ministerial de Coordenação do Portugal 2020. "As autarquias têm de ser melhor consideradas", diz Manuel Machado, avisando que, caso a situação não seja revista, segue queixa para Bruxelas. ●

Publicidade

Conforama

Viver melhor custa menos

GRANDE ABERTURA!

MATOSINHOS

GRANDE SORTEIO

2 de Julho

Conforama

VALE 500€

a cada hora

MÓVEIS . COZINHAS . DECORAÇÃO . ELECTRODOMÉSTICOS

compra online em www.conforama.pt

*Consultar condições na loja.

Nacional Economia

Águas do Norte Ação visa suspender reestruturação da AdP

Tribunal aceita providência de Paços de Ferreira

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► O Tribunal de Comércio de Gaia aceitou apreciar duas providências cautelares interpostas pela Câmara de Paços de Ferreira para suspender a extinção da Águas do Douro e Paiva (AdDP), disse ao JN fonte oficial da Autarquia. As partes interessadas, como a própria AdDP e a Presidência do Conselho de Ministros, ainda vão ser notificadas e terão dez dias para argumentar. Só depois o tribunal decidirá se decreta a providência.

Esta será a primeira ação cautelar a ser aceite por um tribunal, diz a fonte. Outra providência, interposta também por autarquias acionistas da AdDP, não foi aceite pelo Supremo Tribunal Administrativo, que se declarou incompetente para apreciar, afirmou antontem o vice-presidente de S. João da Madeira, Miguel Oliveira. Será agora alvo de recurso para o plenário, disse, prometendo novas ações.

No caso das providências ontem aceites, a mesma fonte da Câmara de Paços de Ferreira adiantou que visam dois objetivos: suspender as deliberações da assembleia da AdDP de há duas semanas, em que se decidiu a sua extinção e fusão na Águas do Norte; e suspender as normas do Decreto-Lei n.º 93/2015 (que cria a nova empresa) relativas à extinção da AdDP e transferência dos seus ativos e passivos.

Note-se que os protestos têm sido protagonizados por câmaras do Litoral, já que no Interior a medida é globalmente aplaudida.

Administração partilhada
Antontem, na assembleia de acio-

nistas da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, houve só um voto contra. Por lei, terá sede na Guarda, mas será gerida pela EPAL, de Lisboa. Aliás, todos os administradores executivos da empresa egitanense são administradores da casa mãe (Águas de Portugal, AdP) ou da EPAL.

Álvaro Amaro, autarca da Guarda, aprova a instalação da sede no concelho, apesar de nenhum administrador lá residir. "Tenho a expectativa de que a Guarda ganhe competências, é um risco que prefiro correr, em vez de tudo ficar em Lisboa e nas áreas metropolitanas."

Do lado dos protestos está o Sindicato da Administração Local, cujo presidente, Francisco Braz, prevê a futura privatização do grupo. ●

Lisboa Todos os 18 municípios estão contra o processo

● No mesmo dia do arranque da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) protestaram junto da Mãe de Água das Amoreiras. Para Basílio Horta, presidente da AML e autarca de Sintra, o processo é um "esbulho" ao património das autarquias, uma decisão "iníqua", já que o Governo extinguiu empresas sem o seu acordo e sem as compensar financeiramente. "A solidariedade tem de ser nacional, não entre municípios", afirmou. "O Governo tem de perceber que as câmaras são representantes das populações", disse. Ainda não há decisão sobre as ações que correm em tribunal.



Basílio Horta presidiu a protesto que incluiu autarca de Lisboa, Fernando Medina



Dardico De Avis partem para o Mundo congelados de ervilhas, pimentos ou tomate. Mas há novidades

Cadeia de frio produz riqueza

► A Dardico, uma agroindústria presente em Avis desde 1996, produz vegetais congelados. Quando começou a laborar a empresa tinha 12 colaboradores, hoje são 180 as pessoas que todos os dias produzem produtos mediterrânicos congelados, como ervilhas, courgettes, pimentos, beringelas, brócolos e tomate. A maioria da produção é exportada.

Paulo Pimentel, administrador executivo, explica que a proximidade com o produtor faz parte da filosofia da empresa. "Um dos fatores de sucesso da Dardico é a proximidade dos agricultores. A nossa matéria-prima vem do campo e quando mais próximo eu tiver esta matéria-prima mais fácil é congelar". Para garantir a frescura dos alimentos, a empresa estabeleceu parcerias com os agricultores. Parcerias que permitem à Dardico acompanhar desde a origem o processo de crescimento dos produtos. A empresa tem um departamento agrícola responsável por esta verificação.

Recentemente começou a congelar frutas. Paulo Pimentel acredita que a fruta congelada vai ter um salto significativo nos próximos anos. "As dietas e os produtos saudáveis estão na moda e nós temos de seguir as tendências", diz sobre esta aposta que tem crescido ano após ano. A par dos congelados, a empresa

também tem uma variedade de produtos grelhados. E, neste ramo, o administrador também espera um crescimento considerável.

A Dardico é uma multinacional de capitais belgas e exporta para vários países. A partir de Avis, a empresa multinacional vende produtos congelados para o Canadá, o Brasil, o Chile e para o Norte da Europa, o principal mercado.

O volume de exportação chega aos 99%. A Dardico dispõe de uma cadeia ininterrupta de frio. Assim, o que sai dos túneis de congelação vai diretamente para as câmaras de congelação (-21°C) e a entrada nas linhas de embalagem também é a essa temperatura. O produto embalado é imediatamente e de forma automática armazenado.

A Dardico dispõe de nove linhas de embalagem automáticas e uma semiautomática. Linhas com sensores laser e de metal que servem para detetar e remover quaisquer objetos estranhos.

Paulo Pimentel encara a Caixa Geral de Depósitos como um parceiro, cuja relação remonta ao início da empresa. "Temos um lema que é 'better together'. Tal como acontece com a parceria que tenho com os agricultores, a parceria com a Caixa também é benéfica. O banco sempre nos apoiou em todas as operações em que nós estamos".



NUNO SERRA FERNANDES

bolsas :

Euronext Lisbon
PSI 20 5633,20 pts

+1,46%

MAIOR SUBIDA ALTI

+4,56%

CO,4160

MAIOR DESCIDA TEIXEIRA DUARTE

-1,30%

CO,5310

COTAÇÕES

	Cotação	Varição	Volume
BVL	1.018	3,73	2679749
BANIF	0,0063	3,17	78334999
BCP	0,078	1,52	38901066
CTT	9,254	0,76	388879
EDP	3,405	0,41	6676798
EDP RENOVAVEIS	6,35	0,91	536881
GALP ENERGIA	10,52	1,00	1334227
IMPRESA	0,85	0,00	147381
BERNARDINI MARTINS	11,5	0,91	1013870
MOTANGIL	2,282	1,59	701127
NOS	7,174	1,31	611134
PHAROL	0,395	-0,25	7240363
PORTUGEL	3,45	2,96	355800
REN	2,511	2,67	1105932
SEMAPA	12,11	3,26	94302
SONAE	1,177	3,57	6586391

Taxas de Juro
Euribor 3 meses

-0,014%

-0,016 PONTOS -0,002%

Taxas de Juro
Euribor 6 meses

+0,050%

0,050 PONTOS 0%

Taxas de Juro
Euribor 1 ano

+0,164%

0,163 PONTOS -0,001%

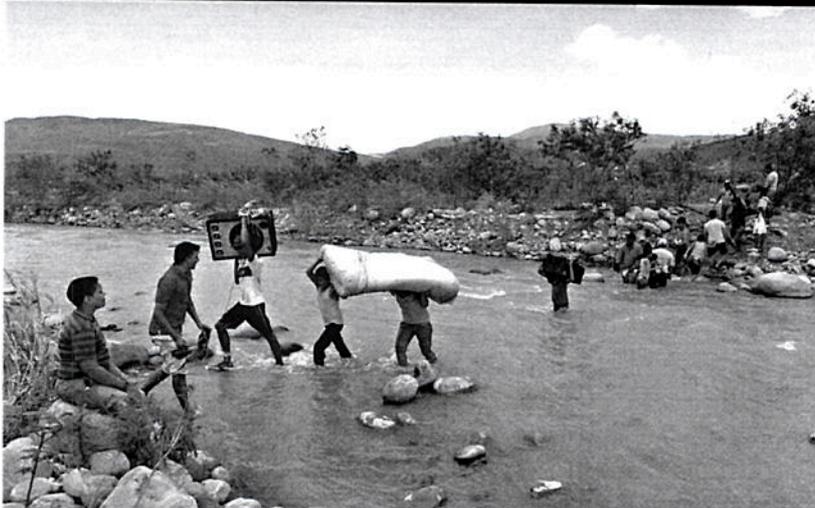
Câmbios

Dólar Americano	1,115
Yen	136,390
Libra	0,709
Franco Suíço	1,042
Dólar Canadiano	1,391
Dólar Australiano	1,444
Real	3,454

Matérias-primas

PETROLIO (Londres)	62,01/baril
OURO (Londres)	1172,20/onça
PRATA (Londres)	15,74/onça

colombianos expulsos



CONFLITO A Venezuela está a intensificar a deportação de colombianos, após um tiroteio entre traficantes e militares ter deixado três soldados feridos. O presidente Nicolas Maduro ordenou o encerramento de duas passagens fronteiriças e muitos colombianos abandonam o país atravessando o rio Tachira com os pertences às costas. REUTERS

Água Oito municípios recusam pagar conta; Águas do Norte diz estar tranquila

“Não pagamos um cêntimo”

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► Nove autarcas não reconhecem legitimidade legal à Águas do Norte (AdN), criada em junho, e garantem que não pagarão a fatura, apoiados numa providência cautelar aceite pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel. Manuel Fernandes Thomaz, presidente da AdN, assegura que a decisão não tem impacto prático e que as conversações chegarão a bom porto.

Os autarcas, como Celso Ferreira (Paredes, PSD), argumentam que uma lei dá aos municípios a competência para concessionar as águas e saneamento e que assinaram contrato com a Águas do Douro e Paiva (água) e a Simdouro (esgotos). Mas através de um decreto-lei o Governo acabou com as em-

presas (e 17 outras) e criou cinco novas, entre as quais a Águas do Norte. Agora, “o juiz determinou a suspensão de todo o processo de criação da AdN”, diz Celso Ferreira. “Não se pode suspender o que já foi feito”, diz Fernandes Thomaz. “Não assinamos nada, não reconhecemos esta empresa, juridicamente não temos qualquer contrato com ela”, contesta o autarca. “A Águas do Norte está a funcionar em pleno, depois de um ato legislativo”, afirma o gestor, garantindo que as outras decisões judiciais já tomadas foram favoráveis ao Governo.

Ao lado de Paredes estão Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Gondomar, Lousada e Maia. Os tribunais dirão quem tem razão nesta batalha jurídica, mas até lá os autarcas garantem que não pagarão. “Se quiser rece-

ber, a AdN terá de ir para tribunal mas, se o fizer, terá de explicar por que razão passou anos e anos sem cobrar aos municípios do interior”, disse. Fernandes Thomaz admite recorrer aos mecanismos de cobrança previstos na lei, mas diz estar tranquilo e acreditar que as negociações serão bem sucedidas.

“Litoral a pagar pelos caloteiros”
O objetivo da reorganização do setor é nivelar o preço cobrado aos municípios, invocando o princípio da solidariedade. Até agora, a fatura do interior era muito maior do que a do litoral, mas muitos simplesmente não pagavam e cobravam valores irrisórios às famílias. “Querem que o litoral, que teve coragem para cobrar o custo real aos municípios, pague a conta pelos caloteiros”, acusa Celso Ferreira. ●



Alma Rivera Benjamin da legislatura

● A comunista Alma Rivera, de 23 anos, poderá ser a deputada benjamim na próxima legislatura, representando a CDU, que inclui “Os Verdes”, ao figurar num teoricamente elegível sexto lugar da lista por Lisboa. Filha de uma professora italiana, a membro da Comissão Política da Juventude Comunista Portuguesa licenciou-se recentemente em Direito, em Coimbra, palco de várias lutas estudantis.



Alex Tsipras Recusa união nacional

● O primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, que renunciou ao cargo abrindo caminho para eleições antecipadas, excluiu ontem a possibilidade de formar um governo de coligação com os partidos de esquerda ou direita, caso não obtenha a maioria absoluta. Tsipras anunciou a sua demissão quinta-feira, dando origem a eleições legislativas na Grécia, as segundas este ano e as quintas dos últimos seis anos.

últimas na última

Leiria Morte por afogamento

● Um homem de 70 anos morreu por afogamento, ontem, ao final da tarde, numa praia não vigiada da zona do Pedrógão, no concelho de Leiria. A vítima foi encontrada inanimada por um grupo de banhistas, tendo sido assistida por nadadores-salvadores que tentaram várias manobras de reanimação. Após a chegada do INEM, foi declarado o óbito por afogamento. O homem era residente na zona do Pedrógão.



Lajes Trabalhadores rescindem

● Os trabalhadores portugueses da Base das Lajes, na ilha Terceira, começam a deixar a infraestrutura, assinando rescisões por mútuo acordo, a partir de 11 de setembro, de forma faseada, até março de 2016. “Já se sabe que os primeiros colegas vão assinar a sua rescisão a 11 de setembro. Vai ser um processo faseado”, disse à Lusa o presidente da Comissão Representativa dos Trabalhadores, Bruno Nogueira.

Cancro Análise precoce

● Uma análise de sangue poderá determinar se uma mulher que teve cancro da mama é suscetível de sofrer uma recaída, meses antes de novos tumores serem detetados. O método, descrito na revista norte-americana “Science Translational Medicine”, deteta o ADN do cancro a circular no sangue. Os investigadores esperam que este teste, que só ficará acessível ao fim de vários anos, permita afinar os tratamentos e progredir na descoberta de uma cura.

Braga Choque provoca feridos

● Quatro feridos ligeiros foram o resultado de um acidente automóvel ocorrido, ontem, na Variante do Cávado, em Palmeira, no concelho de Braga. Os bombeiros foram chamados ao local para transportar as vítimas ao Hospital de Braga, mas nenhuma delas inspirava cuidados. Desconhece-se a origem do choque entre as viaturas.

Publicidade

NOMES COM HISTÓRIA

OS SEUS PEQUENOS HISTORIADORES VÃO APRENDER COM OS GRANDES.

VASCO DE GAMA
D. LEONOR
LUIS DE CAMÕES
D. AFONSO HENRIQUES
INÊS DE CASTRO
MARQUÊS DE POMBALE

OS DOMINGOS POR APENAS +5,50€

Jornal de Notícias

breves :

Economia Caldeira Cabral aposta no diálogo

● O ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, afirmou ontem que as críticas positivas da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) "são sempre bem-vindas" e realçou a necessidade de haver diálogo e trabalho conjunto. O governante, que falou no final de uma reunião na sede da CIP, em Lisboa, explicou que se tratou de uma apresentação

de cumprimentos no âmbito de uma ronda de contactos que está a fazer. O presidente da CIP, António Saraiva, insistiu que "não se pode esvaziar a concertação social". "O que queremos é ser ouvidos, porque quem paga os ordenados ao fim do mês são as empresas, os empresários e, por isso, não é por decreto que estas coisas têm de ser ouvidas".

Marcelo Primeiro apoio vindo do PSD

● O presidente do Governo Regional e do PSD-Madeira, Miguel Albuquerque, anunciou que o partido apoia Marcelo Rebelo de Sousa nas presidenciais de janeiro porque não haverá outra candidatura "nesta área". Foi a primeira estrutura do PSD a anunciar o apoio, que deverá ser formalizado pela direcção nacional para a semana.

Enfermeiros Pedido reconhecimento

● O presidente do Conselho Nacional de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros, José Carlos Gomes, defendeu ontem, durante uma visita ao IPO do Porto, que as competências especializadas destes profissionais devem ser reconhecidas pelo Ministério da Saúde, ao qual pretende apresentar uma proposta.

8 mil assinaturas foram ontem entregues por Paulo Morais no Tribunal Constitucional, passando a ser o primeiro candidato formal às eleições presidenciais de janeiro.

TAP Número de passageiros cresce

● O número de passageiros transportados pela TAP aumentou 8,3%, para 772 mil, em novembro, primeiro mês com crescimento desde abril, quando o Sindicato dos Pilotos anunciou a greve de dez dias para maio. É um crescimento insuficiente para alcançar a recuperação anual do tráfego: -0,7% face ao período homólogo.

Ciência Moedas elogia novo ministro

● O comissário europeu para a Ciência, Carlos Moedas, diz que o ministro português da tutela, Manuel Heitor, é "um homem de provas dadas" na área, manifestando total disponibilidade para cooperar com o Governo. "É um homem fantástico na ciência, que toda a gente conhece", disse, falando numa "grande oportunidade".

Distinção : JN é marca de prestígio nacional



PRÉMIO O "Jornal de Notícias" é uma das marcas portuguesas com mais prestígio junto dos consumidores, aponta um estudo independente que também distinguiu a TSF e o "Diário de Notícias". Na foto, o diretor do JN, Afonso Camões (à direita), José Carlos Lourenço, administrador da Global Media Group, e Ana Helene, diretora de Marketing do grupo.



Matos Fernandes, ministro do Ambiente, foi um dos maiores opositores à reestruturação da Águas de Portugal

Ambiente Águas do Norte diz que prioridade deve ser investir na distribuição

Governo vai "rever" a fusão das águas

Alexandra Figueira*
afigueira@jn.pt

► Matos Fernandes vai estudar o fim da fusão das empresas de águas feita pelo anterior Governo. Antes de ser chamado ao Ambiente, o atual ministro presidiu à Águas do Porto, onde foi um dos maiores opositores à reestruturação. "Quem me honrou com um convite para ministro do Ambiente conhecia as minhas posições. Não mudei de ideias", disse, ontem, no Porto.

Matos Fernandes mencionou em específico o programa do Governo, que hoje começa a ser discutido no Parlamento e que promete "a reversão da fusão de empresas de água que tenham sido impostas aos municípios". A fusão foi concretizada no verão e visou sanar o défice de 564 milhões de euros e equilibrar o preço cobrado pela Águas de Portugal aos municípios.

Em consequência, dizia o anterior Governo, as câmaras (e consumidores) do litoral pagarão mais pela água e os do interior pagarão menos. Acontece que perto de metade dos municípios simplesmente não paga a água à Águas de Portugal e, portanto, cobra valores muito baixos às famílias e empresas. A situação é pior ainda no saneamento, já que dois terços das câmaras cobram zero pelo serviço aos municípios.

A subida do preço cobrado às câmaras municipais espoletou uma revolta entre autarcas como Rui Moreira, da Câmara do Porto. Ontem, fonte oficial disse que a Autarquia "está expectante" e "aplaude" a reversão da fusão. A Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) já aprovou o ta-

rifário proposto pela Autarquia, segundo o qual a Águas do Porto usará os lucros para custear 60% do aumento, ficando os restantes 40% a cargo dos consumidores. Na prática, a partir de janeiro, a parcela da água da fatura das famílias aumentará 3,3% (ou 33 céntimos, numa conta de dez euros).

Em Gaia, o autarca Eduardo Vitor Rodrigues garantiu que a reversão vai mesmo avançar e disse estar "confiante no trabalho que o ministro vai fazer". Da mesma forma, o autarca de Gondomar, Marco Martins, diz que "a decisão é muito bem-vinda" e espera que Matos Fernandes a passe à prática.

Prioridade para a baixa
O fornecimento de água em baixa é feito entre a câmara e os consumidores. Há perto de 500 serviços municipais no país, mais do que o número de câmaras, e esta dispersão significa que os serviços não têm dinheiro nem capacidade para investir na modernização da rede, explica Manuel Fernandes Thomaz, presidente da Águas do Norte.

Em consequência, um quarto da água captada e tratada perde-se em condutas degradadas. Deve ser esta a prioridade, disse, lembrando que "nos últimos 20 anos sempre houve um consenso das forças políticas" sobre as águas.

pormenores :

Protesto não trava fusão

● Apesar dos fortes protestos de câmaras do Grande Porto e Grande Lisboa e da própria Associação Nacional de Municípios, Moreira da Silva invocou a coesão e solidariedade territorial para consumir por decreto a fusão de 19 sistemas multimunicipais em cinco empresas regionais. A Águas do Norte agregou a Águas do Douro e Paiva, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Águas do Noroeste e a Simdouro.

Tribunal não dão razão

● A mais recente decisão foi tomada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, que disse não haver razões legais para impedir a fusão na Águas do Norte. A ação foi movida pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Gondomar, Lousada e Paredes.

*COM LUSA